



O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) em evento em Brasília nesta semana. Lucio Tavora - 19.ago.20/Xinhua

# Governo lançará plano para destravar agenda social e economia

## Evento trará prorrogação do auxílio emergencial e lançamento do Renda Brasil e programa de emprego

BRASÍLIA Em uma tentativa de mostrar coesão entre diferentes alas do governo, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) vai comandar, na terça-feira (25), no Palácio do Planalto, um anúncio de medidas voltadas à recuperação da economia e ações na área social.

O pacote reunirá medidas de ministros que protagonizaram atritos internos no governo nos últimos meses, por divergências sobre a estratégia de retomada, como Paulo Guedes (Economia), Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) e Tarcísio Gomes de Freitas (Infraestrutura).

Pauta considerada espinhosa pelo Palácio do Planalto, a reforma administrativa, que elimina a estabilidade de carreiras do serviço público e reduz salários de entrada nos cargos, pode ficar de fora da solenidade. O evento será o lançamento oficial do plano Pró-Brasil, agora reformulado.

Em seu esboço inicial, o programa dava destaque a gastos do governo em obras públicas, o que abriu um confronto da área econômica com as alas militar e política do governo.

Após a debandada de membros do Ministério da Economia e a demonstração pública de insatisfação de Guedes com ministros que defendem expansão de gastos, Bolsonaro passou a dizer que será respaldado a regra do teto.

No novo desenho do plano, as obras públicas de infraestrutura perderam o protagonismo, cedendo espaço para medidas de retomada econômica com foco em criação de empregos, geração de renda e atração de capital privado.

Nesta sexta (21), Guedes confirmou que o evento será feito na terça, com lançamento da proposta de ampliação do Bolsa Família, que será rebatizado de Renda Brasil.

Segundo ele, também será anunciado o programa da carteira de trabalho Verde e Amarela, que deve reduzir encargos com o objetivo de estimular as contratações formais.

O primeiro ponto da área social será a prorrogação do auxílio emergencial.

O benefício, que se encerraria em agosto, deve ser pago até dezembro. O valor das parcelas, atualmente em R\$ 600, tende a ficar em R\$ 300, segundo fontes do governo. O objetivo é fazer uma transição do auxílio até a implementação do Renda Brasil, que também pode ficar próximo a R\$ 300.

No Renda Brasil, o governo quer criar prêmios por mérito

às famílias participantes, segundo técnicos. O programa pode reconhecer a dedicação de jovens mais vulneráveis por meio de um benefício esportivo. Além disso, haveria uma bolsa de iniciação científica. Ambos os benefícios têm previsão de serem concedidos a partir dos 11 anos.

Haveria ainda bonificação por desempenho do aluno na escola, que pode ser concedido já a partir dos seis anos.

Os técnicos têm em mente um painel de eixos do Renda Brasil. Na primeira infância, por exemplo, são previstas iniciativas como auxílio para creches. Também deve ser incorporado o Criança Feliz, criado em 2018 voltado a gestantes e crianças.

Após a fase inicial da vida e dos estudos, o programa se ligaria a outras frentes de atuação para emancipar o cidadão a partir da adolescência e vida adulta. Para compor esse eixo, estão previstas novas medidas como a carteira de trabalho Verde e Amarela e o pagamento de uma quantia ligada ao rendimento dos informais para ser usada na aposentadoria.

O pagamento tradicional às famílias, feito desde a era Lula por meio do Bolsa Família, seria mantido e continuaria tendo as condicionalidades já previstas (como matrícula em escolas e vacinas em dia).

O custo do Renda Brasil, segundo a proposta de Guedes, será compensado pela revisão ou extinção de programas considerados ineficientes pela equipe econômica, como o abono salarial e o seguro-desemprego (pago a pescadores).

Para bancar a desoneração da folha salarial, por sua vez, auxiliares de Guedes afirmam que a única opção é a criação de um imposto sobre transações aos moldes da CPMF.

O novo tributo também será usado para custear a am-

“Infelizmente o auxílio não vai ser definitivo, mas vai ser até que a economia realmente possa empregar no nosso país. O auxílio vai ser até dezembro, só não sei o valor”

Jair Bolsonaro

pliação para R\$ 3.000 da faixa de isenção do Imposto de Renda, algo que também deve ser anunciado na solenidade.

Além disso, o governo quer apresentar no mesmo dia a reformulação do Minha Casa Minha Vida — projeto que estava travado desde o ano passado. A ideia é regularizar imóveis de famílias que construíram ou compraram casas em terrenos sem autorização de autoridades públicas, como em comunidades pobres. Essas pessoas ganhariam escritura e registro das propriedades.

De posse dos documentos que regularizam a situação dos imóveis, os proprietários poderiam também ter acesso a recursos do governo para fazer reformas e melhorias nas casas.

Em um primeiro momento, deve ser priorizada a regularização em imóveis em terrenos que não precisem de pagamento de indenizações para eventuais proprietários e que estão fora de áreas de risco ou de proteção ambiental.

A legalização fundiária é vista, por técnicos do governo, como uma política habitacional de efeito social e baixo custo — em linha com a defesa de Guedes pela redução de despesas públicas.

Na reformulação do Minha Casa Minha Vida, o governo pretende concluir obras já contratadas no programa para reformular o marco legal de concessões e mudanças em normas de licitação. Também estão em estudo alterações legislativas que tratam da autorização para exploração de ferrovias pelo setor privado e desburocratização de procedimentos em operações de transporte de carga e passageiros.

Proposta que sofre resistência de Bolsonaro, a reforma administrativa ainda é incerta. O texto está pronto desde o ano passado e já foi apresentado ao Planalto, mas acabou engavetado pelo presidente.

Na última semana, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ampliou a

pressão para que o projeto seja apresentado. Guedes também é defensor da proposta. Bernardo Caram, Thiago Resende, Ricardo Della Coletta e Fábio Pupo

‘Auxílio vai até dezembro, só não sei o valor’, diz Bolsonaro

Luiz Henrique Gomes

IPANGUAÇU (RN) Em agenda pelo Nordeste, Jair Bolsonaro afirmou nesta sexta (21) que o auxílio emergencial vai ser estendido até dezembro deste ano, mas “não vai ser para sempre”. Ele não garantiu que o valor do benefício vai permanecer de R\$ 600.

“Infelizmente o auxílio não vai ser definitivo, mas vai ser até que a economia realmente possa empregar no nosso país. O auxílio vai ser até dezembro, só não sei o valor. São R\$ 50 bilhões por mês para deixar bem claro”, disse Bolsonaro no Rio Grande do Norte.

Ele esteve na comunidade Angélica, zona rural de Ipanaguçu (cerca de 218 km de Natal), para entregar obras, na primeira agenda oficial dele no estado depois de eleito.

Com a presença dos dois ministros potiguares, Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) e Fábio Farias (Comunicação), ele abriu um poço com dessalinizadores, inaugurou a primeira rede de Wi-Fi gratuita, do programa “Wi-Fi na Praça”, e entregou títulos fundiários aos moradores.

“Entregar água, uma casa ou energia elétrica é um momento ímpar. Estamos levando o progresso e a dignidade para essa população”, disse o presidente. “Eu disse aos meus ministros no final de 2018 no tocante a obras: ‘não vamos inventar nenhuma grande obra para marcar nosso governo. Vamos concluir obras deixadas por outros governos’”

A comunidade Angélica é formada por 60 famílias de agricultores, moradores do sertão potiguar. O local já possuía um poço, mas ele secou há seis meses e era de água salobra. Desde então a água era fornecida através dos carro-pipa às cisternas das casas, algumas de taipa. Com o novo poço, que leva água dessalinizada, os moradores disseram se sentir privilegiados e gratos ao presidente. “A gente se sente muito agradecida até pela qualidade da água, que agora é doce, e privilegiado por ele ter vindo aqui”, disse Sônia Maria do Nascimento, 52.

Nas eleições de 2018, poucas famílias da comunidade Angélica votaram no Bolsonaro no segundo turno. Mas o auxílio emergencial, o poço e principalmente a presença dele no local causou uma mudança.

Ele é o primeiro político de atuação nacional a ir ao local. “Ninguém vem aqui olhar pra gente, e ele veio e inaugurou um poço. Quem é que não vota?”, disse Giuriana Rodrigues, 32, beneficiária do auxílio emergencial.

# Não há condições de suspender auxílio agora, afirmam especialistas

Diego Garcia

RIO DE JANEIRO Todos os estados brasileiros mais o Distrito Federal registraram aumento no número de domicílios que pediram auxílio emergencial ao governo em julho por causa da pandemia, de acordo com Maria Lúcia Vieira, coordenadora da pesquisa Pnad Covid-19 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Segundo especialistas ouvidos pela Folha, esse dado mostra que o programa continua beneficiando a população mais pobre, a mais afetada pela crise causada pela pandemia, e que sua interrupção ou diminuição traria impacto especialmente aos mais vulneráveis.

Os economistas ainda apontam que o benefício ajuda a aquecer a economia e incentivando o consumo, mesmo em um momento ainda delicado, com piora constante no mercado de trabalho. O desemprego chegou a 13,1% em julho.

Para Daniel Duque, pesquisador do FGV-Ibre, não seria possível impedir uma queda grande na renda dos mais pobres com eventuais mudanças no benefício. Segundo ele, o terço mais pobre da população seria especialmente afetado.

“Estamos longe da situação pré-pandemia e, mesmo se saísse uma vacina amanhã, não teríamos essa recuperação”, disse o pesquisador. Ele definiu o auxílio como “um programa relevante” para a população mais pobre e um sustentáculo, ainda que provisório, para a recuperação do comércio.

Segundo o IBGE, em todo o país, o valor médio do benefício chegou a R\$ 896 por domicílio. Em alguns locais, a proporção de domicílios beneficiados pelo auxílio emergencial supera a marca dos 60%. Isso aconteceu no Amapá (68,8%), Maranhão (65,8%), Pará (64,5%), Alagoas (62,8%), Amazonas (62,8%) e Piauí (61,7%).

Já em outros, é menos da metade desses estados, como em Santa Catarina (24,5%) e Rio Grande do Sul (29,6%).

Na última terça (18), a Folha mostrou que o governo estuda usar uma MP (Medida Provisória) para prorrogar o auxílio emergencial com valor abaixo dos atuais R\$ 600.

O ministro Paulo Guedes (Economia) sempre defendeu um valor de R\$ 200 porque essa é a média aproximada do pagamento do Bolsa Família, mas auxiliares do governo contam com par-

celas de R\$ 300 e a possibilidade dos pagamentos até dezembro.

Já nesta quarta (19), o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) indicou que o governo deve ampliar o auxílio emergencial até o final do ano em pagamentos inferiores aos atuais R\$ 600, mas adiantou que considera baixo o valor de R\$ 200 mensais.

Diante do cenário de incerteza, o professor da UFRJ João Luiz Maurity Saboia acredita que o Brasil atualmente não tem como realizar um corte abrupto no benefício.

“O governo não tem a menor condição de acabar com esse auxílio de uma vez. E é importante que o benefício não seja eliminado rapidamente, que continue por alguns meses”, apontou.

Para Ricardo Macedo, professor do Ibmeq, a situação vem obrigando as pessoas a procurarem emprego novamente, pressionando a taxa de desemprego - a Pnad Covid-19 apontou alta de 2,1 milhões de pessoas na fila por trabalho, entre maio e junho, em meio à pandemia.

“É possível que lá na frente com relaxamento cada vez maior a gente verifique maior pressão sobre a taxa de desemprego”, analisou Macedo.

Em julho, segundo dados da Pnad Covid, a taxa de desocupação subiu de 12,4% para 13,1%, atingindo 12,3 milhões de pessoas, o que representa um acréscimo de 438 mil pessoas a mais desempregadas desde junho. Em maio, eram 10,1 milhões procurando trabalho.

“O cenário é muito ruim e se não tiver prorrogação do auxílio piora”, disse o professor do Ibmeq, que chamou a atenção para o dado de 44% dos domicílios do país usando o benefício, número que vem crescendo a cada mês.

“Isso é espantoso, indica que a disseminação do auxílio é fantástica no país e mostra a importância para as pessoas sem renda ou com queda muito grande na renda”, analisou Maurity Saboia.

Para Otto Nogami, economista do Insuper, o auxílio está sendo importante em um processo de sinalização de retomada econômica do Brasil, porque muita gente não precisaria do auxílio, mas está recebendo e gastando em supérfluos, reformando a casa e trocando imobiliária, entre outros fatores.

“Com uma eventual redução do auxílio emergencial e mesmo a parada do oferecimento do benefício, aí sim sentiríamos o que efetivamente está acontecendo na economia.”

**SEXTAS E SÁBADOS NO EZ**  
ACADEMIA PISCINA SAUNA GASTRONOMIA ESTACIONAMENTO SEGURANÇA

**ZUR**  
GULINARIA JAPONESA E CONTEMPORÂNEA  
2 RESTAURANTES  
CAFETERIA  
BAR

**STUDIO CASAL**  
A PARTIR DIÁRIA **149,00**  
VALOR DE SEXTAS E SÁBADOS

98880-6303  
(11) 3346-7799

FACEBOOK.COM/EZHOTEIS

**EZ HOTEIS**  
WWW.EZHOTEIS.COM.BR

HIGIENIZAÇÃO RIGOROSA  
AV. ARMANDO FERRENTINI, 668 - ACLIMAÇÃO - SÃO PAULO - 5M. AV. PAULISTA